

O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889)

FRANCISCO DORATIOTO

*Professor Adjunto do Departamento de
História da Universidade de Brasília.*

1 – AS INDEPENDÊNCIAS

As independências do Rio da Prata e do Brasil foram condicionadas pelos acontecimentos na Europa e pelas invasões napoleônicas de suas metrópoles. A invasão da Espanha levou a elite de Buenos Aires a instalar um governo próprio – a Primera Junta – no Vice-Reino do Rio da Prata, início de um processo que desembocou na proclamação formal da independência em julho de 1816. No caso brasileiro, tal invasão levou à fuga do governo português para a América, o que possivelmente retardou a independência política mas, por outro lado, já em 1808 permitiu o fim da dominação econômica do Sistema Colonial. Nesse ano, ao chegar em Salvador, na Bahia, vindo de Lisboa, o Príncipe Regente D. João abriu os portos brasileiros para o comércio com países amigos – ou seja, a Inglaterra e os EUA –, pondo fim ao monopólio comercial. Politicamente, o Brasil deixou de ser colônia de Portugal em 1815, quando foi elevado à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, invertendo uma realidade de três séculos, pois ao permanecer D. João no Rio de Janeiro até 1820, esta cidade tornou-se o centro do Império luso-brasileiro e Portugal passou a ser periferia.

Os processos de independência, que marcam o início da construção de nossos países, tiveram condicionamento externo comum mas adquiriram características e dinâmicas diferentes, que repercutiram por décadas nas relações entre o Império do Brasil e a Argentina. No caso do Rio da Prata, a independência foi efetivamente revolucionária ao romper não só com o sistema colonial mas, também, com o regime monárquico de governo. A opção pela forma republicana retirou, das novas autoridades, o recurso à legitimidade monárquica para justificar o exercício do poder. Como consequência,

surgiram diferentes interpretações e conflitos entre regiões quanto à organização política do novo país. As elites locais das antigas regiões do Vice-Reino do Rio da Prata tinham projetos políticos autonomistas que se opunham ao da construção de um Estado com autoridade central forte, como a defendida por Buenos Aires. A elite portenha iniciou o processo revolucionário independentista, mas não conseguiu conduzi-lo de modo a obter a subordinação das regiões que compunham o antigo Vice-Reino do Rio da Prata; o Paraguai e o Alto Peru tornaram-se países independentes e o território a leste do rio Uruguai, a Banda Oriental, caiu em mãos do Império luso-brasileiro.

Nos primórdios de sua vida independente, os territórios integrantes das Províncias Unidas do Rio da Prata não delegaram poder - careciam de governo central, de exército nacional e, mesmo, de moeda única - exceto o da frágil representação externa concedida a Buenos Aires. Enquanto isso, no Brasil, as elites agrária e mercantil da região sudeste reagiram com a independência à tentativa de Portugal de retomar a posição central no Império luso-brasileiro. Em contraste com o Rio da Prata, a proclamação da independência brasileira não significou ruptura mas, sim, certa continuidade, pois foi proclamada, em 7 de setembro de 1822, pelo Príncipe Herdeiro do Trono português, Pedro de Alcântara, com o respaldo da burocracia e do corpo militar existente no Rio de Janeiro. A consequência foi que no Brasil pouco se questionou a legitimidade do poder de Pedro I e, ademais, este tinha instrumentos para impor sua autoridade, por dispor de um Estado minimamente operacional, que contava com estrutura administrativa e com Exército e Marinha nacionais (em ambos havia forte presença de mercenários). Graças a isso, Pedro I sufocou militarmente a tentativa de secessão republicana da Confederação do Equador (1824), no nordeste brasileiro, e sustentou a Monarquia como forma de governo do novo país.

Embora o Brasil fosse independente, seus governantes durante o reinado de Pedro I foram basicamente portugueses e não houve um projeto verdadeiramente nacional para o futuro do país. Houve uma tentativa neste sentido com José Bonifácio de Andrada e Silva, brasileiro de nascimento mas que estudou em Portugal e Suécia e tornou-se alto funcionário da Casa Real portuguesa, com a qual retornou ao Brasil em 1808. Andrada e Silva foi um dos homens de confiança de Pedro de Alcântara e estimulou-o a declarar a independência mas, já em 1823, saiu do governo por discordar do comportamento autocrático do Imperador e foi abandonado pela elite brasileira,

conservadora e escravocrata, ao propor o fim da escravidão e a reforma agrária. Inviabilizou-se, assim, um projeto nacional modernizante para o Brasil e o novo Estado brasileiro atuou, até 1831, mais pela lógica político-administrativa portuguesa e, em relação ao Rio da Prata, manteve os objetivos geopolíticos portugueses.

2 – A GUERRA DA CISPLATINA COMO HERANÇA COLONIAL

Instalar-se na margem oriental do Rio da Prata era antigo projeto de Portugal que buscava, assim, não só garantir o acesso ao interior da América do Sul pela navegação do estuário platino e seus afluentes, como também procurava desviar o contrabando de prata do Alto Peru que se dirigia a Buenos Aires. Com esses objetivos foi instalado, em 1680, o posto avançado português na região, a Colônia do Sacramento, motivo de disputas militares e diplomáticas entre Portugal e Espanha que ficou de posse desta pelo Tratado de Badajoz (1801).

O processo de independência do Rio da Prata criou condições favoráveis para que D. João ordenasse, em junho de 1811, a ocupação da Banda Oriental, a pedido do vice-rei Francisco Javier de Elío, nomeado pelo Consejo de Regencia de Cádiz e que chegara a Montevideu em janeiro desse ano. Em outubro de 1811, o vice-rei Elío assinou o Tratado de Pacificação com o Triunvirato que assumiu o governo em Buenos Aires, pelo qual as tropas portenhas foram retiradas da Banda Oriental, enquanto D. João fazia o mesmo com as suas. No entanto, o caudilho oriental José Artigas se opôs ao acordo, por ser contra as pretensões políticas de Buenos Aires em relação às demais províncias platinas. O movimento artiguista de resistência desdobrou-se no projeto político de uma república federal a qual, por também ser reformista no plano social, contou com apoio nos setores mais pobres da população do meio rural. As forças artiguistas se fortaleceram a ponto de incursionarem ao norte, em território habitado por brasileiros. Esse fato, bem como a declaração formal de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 9 de julho de 1816, levaram D. João a ordenar nova ocupação da Banda Oriental. A medida não sofreu oposição de Buenos Aires pois se essa invasão significava uma perda de território que potencialmente lhe seria subordinado, por outro lado contribuía para fortalecer o poder das

autoridades portenhas na medida em que punha fim ao projeto artiguista alternativo à centralização. Derrotado pelas tropas portuguesas em Tacuarembó, em janeiro de 1820, Artigas refugiou-se no Paraguai, país isolado pelo ditador José Gaspar Rodríguez de Francia, do qual foi prisioneiro, e onde faleceu em 1850, desiludido com a realidade política uruguaia.¹

A Banda Oriental foi formalmente incorporada ao Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil em 1821, com a designação de Província da Cisplatina, sob a justificativa de que a princesa Carlota Joaquina, esposa de D. João, tinha direitos sucessórios sobre o território. Quando da proclamação da independência do Brasil, o exército luso-brasileiro presente na Cisplatina dividiu-se: as tropas de origem européia, comandadas por Alvaro da Costa e instaladas em Montevideú, permaneceram leais a D. João, enquanto as forças brasileiras chefiadas pelo general Carlos Frederico Lecor posicionaram-se a favor de Pedro I. Em 1824, após um acordo com Lecor, Alvaro da Costa se retirou com suas tropas para Portugal e Montevideú ficou de posse brasileira.

Em junho de 1823, o governo de Buenos Aires, na condição de representante das Relações Exteriores das Províncias Unidas, enviou Valentín Gómez ao Rio de Janeiro, para reconhecer o novo país e acertar as relações com o Império. Devia reclamar a devolução da Província Oriental, nesse momento ocupada por um terceiro país, Portugal. Gómez tinha instruções para argumentar junto a Pedro I que era melhor “un convenio racional entre vecinos” do que uma guerra,² mas ainda assim não obteve o reconhecimento de ser a Banda Oriental parte das Províncias Unidas. O Imperador estava convencido de que devia manter sob sua autoridade o território sul-americano, anteriormente sob autoridade de seu pai. Pedro I não era sensível ao clamor público em torno da questão, pois mesmo no Brasil “a maioria considerava a anexação da Cisplatina artificial”.³

Em 11 de abril de 1825, Juan Antonio Lavalleja, à frente dos “Treinta y Três Orientales”, vindos de Buenos Aires, desembarcou no Uruguai e iniciou a luta contra a dominação brasileira. Obteve apoio da população rural, o que lhe permitiu vencer os primeiros combates e, quatro meses depois, em 25 de agosto, um congresso, por ele convocado, proclamou “a unidade com as demais províncias argentinas, a que sempre pertenceu pelos mais sagrados vínculos que o mundo conhece” e declarou nulos os atos de anexação ao Império. Em 25 de outubro, o Congresso das Províncias Uni-

das aceitou a incorporação desse território, o que resultou na declaração de guerra a elas por Pedro I.

O governo de Buenos Aires, chefiado pelo general Las Heras, não se comprometera com a expedição de Lavalleja e permaneceu cauteloso, mas o Congresso Nacional acompanhava a opinião pública, entusiasta da guerra. Em janeiro de 1826, o Congresso das Províncias Unidas determinou a criação de um Exército de “Observação”, para permanecer em território argentino vigiando o rio Uruguai. Tratava-se de um exército que deveria ter o caráter nacional e que logo entrou em ação contra as forças imperiais.⁴ Devido à necessidade de uma organização central que permitisse às Províncias Unidas mobilizarem recursos para o enfrentamento com o Império, o Congresso criou um Poder Executivo permanente e elegeu Bernardino Rivadavia presidente da República. A existência de inimigo externo potencial, o Império do Brasil, contribuiu para o fortalecimento de Buenos Aires em relação às demais províncias.

O ano de 1825 foi desastroso militarmente para as forças brasileiras no território oriental. Elas careciam de estratégia e de coordenação entre suas unidades para enfrentar os revolucionários. Após a derrota de Sarandi, em outubro, as forças imperiais dominavam apenas Montevideu e Colônia, perdendo o controle do interior do território e de outros núcleos urbanos. A esquadra brasileira no Prata, mesmo contando com teórica superioridade naval – dispunha de 13 navios pesados contra 19 embarcações mercantes adaptadas das Províncias Unidas –, não conseguiu se impor, a ponto de permitir que a Colônia do Sacramento ficasse sitiada também por mar, enquanto nas costas brasileiras a ação de corsários, com cartas de corso argentinas, prejudicavam seriamente o comércio externo brasileiro.⁵

Ao contrário das Províncias Unidas, no Brasil não havia entusiasmo com a guerra desde seu início, pois esta não era defensiva mas, sim, de conquista. A falta de convicção na legitimidade da luta, levou a protestos crescentes contra sua continuidade, incrementados pela incompetência dos comandantes brasileiros, por cujo desempenho era responsabilizado Pedro I, que os nomeara.

O Império e as Províncias Unidas se desgastaram em uma luta na qual nenhuma das partes conseguia derrotar a outra. Mesmo a vitória das tropas comandadas pelo general Alvear, na batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827,⁶ travada em território brasileiro, não foi suficiente para as

Províncias Unidas imporem uma superioridade que pusesse fim à guerra, pois lhes faltava recursos materiais e, mais, respaldo político. Refletia no exército de Alvear a falta de unidade interna nas Províncias Unidas, onde havia sublevações e descontentamento em relação à Constituição centralizadora, aprovada pelo Congresso. A falta de condições de vencer a guerra fez com que Rivadavia enviasse seu Ministro das Relações Exteriores, Manuel Garcia, ao Rio de Janeiro para conseguir a paz. Na capital brasileira, Garcia assinou um tratado pelo qual a Banda Oriental continuava sob soberania brasileira e nisso foi desautorizado por seu governo, o que não impediu violentos protestos populares em Buenos Aires, levando ao agravamento da crise política nas Províncias Unidas e, finalmente, à renúncia de Rivadavia.

A guerra continuou em 1828, mas as forças libertadoras não tinham condições de expulsar o Exército imperial de todo território oriental. A recíproca era verdadeira: as tropas imperiais careciam de meios para recuperar o interior da Cisplatina e sua situação se agravou com a vitória da Marinha das Províncias Unidas na batalha de Juncal. O desgaste das duas partes em conflito viabilizou a ação da Grã-Bretanha, interessada em pôr fim à guerra que prejudicava seu comércio. A diplomacia britânica não somente impôs a paz como também conseguiu obter a concordância do Império e das Províncias Unidas para a independência do território em litígio. Em 27 de agosto de 1828 foi assinada a Convenção Preliminar de Paz, pela qual a antiga Banda Oriental tornava-se Estado independente, a República Oriental do Uruguai, e tinha sua existência garantida por Inglaterra, Brasil e Províncias Unidas.

A guerra de 1825-1828 na realidade, mais que o enfrentamento entre dois novos países, as Províncias Unidas e o Brasil, constituiu, sim, o último conflito militar gerado pelas lógicas geopolíticas das potências coloniais. A guerra resultou antes das heranças coloniais que assombravam os novos países, do que de seus interesses vitais, embora tanto em Buenos Aires quanto no Rio Grande do Sul havia setores que teriam ganhos econômicos com a posse desse território. De fato, do lado brasileiro, a perda da Cisplatina atingiu os interesses dos fazendeiros do Rio Grande do Sul, que deixaram de ter acesso garantido ao rebanho oriental, fonte de matéria-para a produção de charque.

3 – O IMPÉRIO DO BRASIL E ROSAS

O desastroso desenrolar da guerra para o Império fez com que Pedro I fosse visto pelos brasileiros como incapaz militarmente e responsável por ter prolongado inutilmente o conflito. O conflito aumentou a impopularidade do Imperador, já desgastado por seu governo autocrático, composto basicamente de portugueses; por aceitar as condições impostas pela Inglaterra, em 1827, para reconhecer a independência brasileira, e por seu envolvimento na guerra civil portuguesa, na qual sua filha, Maria da Glória, disputava o Trono português com o tio, D. Miguel. Houve fortalecimento da oposição liberal e a crise política obrigou Pedro I a abdicar ao Trono brasileiro em 7 de abril de 1831.

Terminou, finalmente, o processo de independência brasileira, pois só a partir dessa abdicação os brasileiros passaram a governar o seu país. Devido a ser o Príncipe Herdeiro do Trono, o futuro Pedro II, menor de idade, o Brasil foi governado entre 1831 e 1840 por Regentes nomeados pelo Legislativo. No Período Regencial, a burocracia governamental do Rio de Janeiro, respaldada nos interesses das elites dessa província, de São Paulo e de Minas Gerais, buscou implantar um modelo centralizador de Estado. Houve resistência armada das oligarquias regionais, sendo a mais longa e grave a da Farroupilha, no Rio Grande do Sul, pois proclamou a independência e instalou um governo republicano. A fragilidade do Estado brasileiro nesse período impediu que se elaborasse uma política coerente para o Prata em substituição à geopolítica portuguesa para a região. Entre 1831 e 1840, os regentes brasileiros colocaram-se em posição defensiva em relação à Confederação Argentina e à guerra civil no Uruguai. Do lado argentino, por sua vez, a liderança hábil e autocrática de Juan Manuel de Rosas e as simpatias que angariou ao resistir às ameaças militares francesa e inglesa, permitiu a Buenos Aires predominar sobre as demais províncias e viabilizou uma ativa política externa.

Em 1840, porém, consolidou-se no Brasil o bloco de poder que tinha como núcleo a oligarquia enriquecida com a produção de café nas províncias de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Esse setor oligárquico hegemônico aliou-se à burocracia governamental na defesa do Estado centralizado, para o qual obteve legitimidade ao colocar à frente do seu governo, antecipadamente, D. Pedro II. As oligarquias regionais convenceram-se de que o mo-

delo monárquico centralizador lhes convinha, pois seria útil para manter a ordem escravocrata e, no plano externo, teria melhores condições de gerenciar os problemas, quer em relação às grandes potências, como as pressões inglesas contra o tráfico de escravos, quer na região estratégica do Rio da Prata.⁷

Esse acordo intraelites, que resultou em uma monarquia constitucional parlamentarista, e a melhoria das finanças brasileiras, graças à crescente exportação de café, permitiu ao Estado brasileiro implementar, na segunda metade da década de 1840, uma política externa que “tendeu à racionalidade e à continuidade”. A racionalidade resultava de um processo decisório para estabelecer metas de política externa, do qual participavam o Parlamento, o Conselho de Estado, o Gabinete de Ministros e o próprio Imperador.⁸

Até 1844, porém, continuou a existir a República da Farroupilha no Rio Grande do Sul e prosseguia, sem perspectiva de vitória, o esforço do Exército imperial de pôr fim ao movimento republicano separatista. Os farroupilhas beneficiavam-se da obtenção de armas e cavalos em Entre Ríos, Corrientes e no Uruguai, onde utilizavam o porto de Montevideu para comércio externo, contornando o bloqueio naval imposto pela Marinha imperial do litoral do Rio Grande. No Uruguai travava-se a chamada Guerra Grande (1839-1851), enfrentando-se as duas correntes políticas do país, os blancos, liderados por Manuel Oribe, apoiado por Juan Manuel de Rosas, e os colorados, chefiados por Fructuoso Rivera, apoiado pela França e Inglaterra. Devido às suas relações comerciais com os farroupilhas, Rivera não despertava entusiasmo no governo imperial o qual, porém, via em Oribe um agente do governador de Buenos Aires.

Rosas, talvez por também ser um charqueador, não favorecia os farroupilhas, que tinham como base social essencialmente os produtores de charque do Rio Grande do Sul. Muitos desses eram proprietários de fazendas no Uruguai, onde disputavam com produtores argentinos os estoques de gado e, ainda, os mesmos mercados consumidores: os escravos no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos. Apesar dessa ausência de apoio aos farroupilhas, os governantes do Império tinham Rosas como inimigo potencial. Viam no apoio que ele dava a Oribe o prenúncio da incorporação do Uruguai à Confederação Argentina. Essa também era a interpretação que tinham para a recusa, pela Confederação Argentina, em reconhecer a independência do Paraguai.

Mesmo tendo essas convicções, os governantes brasileiros aceitaram, em 1843, uma proposta de aliança feita por Rosas. Este encontrava-se ameaçado por uma intervenção anglo-francesa para obrigá-lo a retirar suas tropas de solo uruguaio, e, ainda, enfrentava uma sublevação de Corrientes. Nesse contexto, Rosas propôs uma aliança ao Brasil com o objetivo de pacificar o Uruguai e o Rio Grande do Sul. Por essa proposta, o Império e Buenos Aires agiriam para manter o bloqueio de Montevideu e de outros portos que estivessem sob o controle de Rivera, e Rosas forneceria os cavalos necessários para as operações do Exército Imperial contra os farroupilhas. As negociações para o tratado ocorreram no Rio de Janeiro, entre as autoridades brasileiras e o representante argentino, Tomás Güido. Para o governo imperial, o acordo era interessante não só porque contribuía para o fim da Farroupilha mas, também, porque com ele se poderia conseguir a ratificação argentina da Convenção de 1828, reafirmando a independência uruguaia.⁹ O Tratado de Aliança foi assinado por Pedro II, em 24 de março de 1843, e seguiu para Buenos Aires, para ser ratificado por Rosas, o qual, porém, desautorizou as gestões de Güido, argumentando que nenhum acordo podia ser negociado sem o consentimento de Manuel Oribe.¹⁰ Na realidade, Rosas dispensou a aliança com o Império porque fora afastada a ameaça de intervenção anglo-francesa contra si e Corrientes fora pacificada. No Brasil essa recusa foi interpretada como uma afronta a Pedro II e, mais, fez com que os governantes brasileiros se convencessem de que Rosas era um inimigo do Império e, portanto, montaram uma estratégia para enfrentá-lo.

A primeira medida do governo imperial foi obter unidade interna e, em 1844, após fazer concessões aos farroupilhas, pacificou o Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano o Império reconheceu a independência do Paraguai e, com discrição, apoiou esse país, o que levou Tomás Güido a protestar junto ao governo brasileiro.¹¹ A partir de 1848, com o retorno do Partido Conservador ao poder – onde permaneceria até 1862 – e tendo como chanceler José Paulino Soares de Souza (visconde do Uruguai), o governo imperial definiu os objetivos e políticas do Império em relação à definição de fronteiras e ao Rio da Prata. Para definir os limites, tomou como referência o *uti possidetis facto*, no momento da independência, e, no Rio da Prata, os objetivos eram o de garantir a liberdade de navegação nos rios internacionais da região e apoiar as independências do Paraguai e do Uruguai. A livre navegação para os navios brasileiros, de guerra e mercantes, era vital para o contato regular

entre o Rio de Janeiro e a província de Mato Grosso, que se encontrava isolada por terra do resto do Brasil. Era garantia dessa navegação a manutenção do caráter internacional dos rios Paraná e Paraguai, quer dizer, que as duas margens desses rios não pertencessem unicamente a um país; daí a preocupação da chancelaria brasileira com as independências uruguaia e paraguaia.

Não eram apenas fatores geopolíticos que condicionavam a política do Império em relação à Argentina; também a situação interna brasileira era um condicionante. No aspecto econômico, o interesse dos pecuaristas gaúchos em garantir acesso ao gado e à terra no Uruguai influenciou a ação diplomática brasileira no Rio da Prata. No aspecto político, nos anos 1840 não interessava ao Estado Monárquico brasileiro o surgimento de uma república vizinha forte, pois poderia servir de estímulo a movimentos republicanos no Brasil. A existência dessa república também não era de interesse do Império porque seus ideólogos utilizavam como argumento, na defesa da continuidade do regime monárquico no Brasil, o fato, por serem republicanos, de os países hispano-americanos se caracterizarem pela instabilidade política e terem tendência a se fragmentarem.¹² Havia, contudo, ambiguidade na postura do Império na medida em que também não lhe interessava uma Argentina instável, com regiões lutando entre si, comprometendo a segurança da navegação nos rios da região e colocando em risco a estabilidade regional. Em síntese, ao Estado monárquico brasileiro interessava uma Argentina estável politicamente, mas que não tivesse capacidade de rivalizar com o Brasil. Era uma equação difícil de resolver.

Aos olhos do novo governo conservador brasileiro, o mais preocupante no Rio da Prata era a situação do Uruguai, devido ao caráter provisório do Tratado de 1828, e por ainda não ter sido assinado um tratado definitivo, bem como permanecerem indefinidos os limites entre essa República e o Império. Afinal, até meados do século XIX, a população uruguaia era rarefeita e com forte presença estrangeira. Nos anos 1840 havia uns 75.000 habitantes em território uruguaio dos quais, calcula-se, uns 14.000 eram exilados argentinos, anti-rosistas, concentrados em Montevideú, e outros 25.000 teriam ascendência lusitana, muitos desses ali estavam desde os tempos da anexação da Cisplatina.¹³

A partir de 1844 tornaram-se crescentemente tensas as relações entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires e o Império buscou isolar Rosas praticando, para tanto, uma “política de provocações sabiamente dosificadas”.¹⁴ Nesse

ano, o governo imperial enviou o marquês de Abrantes à Europa onde tentou, inutilmente, obter a cooperação da Inglaterra e da França para uma ação contra Rosas. Esses dois países, porém, preferiram agir sozinhos e, afinal, não conseguiram vencer o governador de Buenos Aires com o qual acabaram encontrando um *modus vivendi*. No final dos anos 1840 essas potências europeias retiraram o apoio financeiro que concediam a Rivera, sem o qual o governo de Montevideú não teria condições de sobreviver.

O governo imperial estava convencido de que Rosas, livre da pressão anglo-francesa e se os blancos vencessem a guerra civil no Uruguai, se imporia à oposição interna argentina. Conseguindo esse objetivo, segundo esse raciocínio, seria a vez de o Paraguai ser anexado pela Confederação. Esta se tornaria extremamente forte, isolando o Império, e, acreditava o chanceler brasileiro Paulino José Soares de Souza, seria o momento de Rosas “vir sobre nós com forças e recursos maiores, que nunca teve, e envolver-nos em uma luta em que havíamos de derramar muito sangue e despender somas enormes.”¹⁵

Rosas encontrava-se fortalecido com o fim da hostilidade contra si por parte das potências europeias e o governo imperial, despreparado militarmente para enfrentá-lo, não podia apoiar Rivera publicamente. Como consequência, o chanceler Paulino de Souza recorreu ao banqueiro Irineu Evangelista de Sousa, o barão de Mauá, obtendo que este concedesse empréstimos ao governo de Rivera, com o aval do Tesouro brasileiro.¹⁶ Era o início da chamada “diplomacia dos patacões”, pela qual o Império, para alcançar seus objetivos, concedia empréstimos garantindo a sobrevivência de aliados platinos.

Em 1851 o governador de Entre Ríos, Justo José Urquiza, rompeu com Rosas – retirou-lhe a delegação de representar externamente essa província – tendo, antes, obtido o apoio do governo brasileiro. Urquiza e o Império assinaram tratado de aliança para derrotar Oribe e seus aliados, de modo a pacificar o Uruguai. Era previsto que se houvesse reação de Rosas – como houve – a aliança se voltaria contra o governador de Buenos Aires. Oribe rendeu-se e Rosas declarou guerra ao Brasil no dia 18 de agosto e, em 21 de novembro, foi assinado o tratado de aliança entre o Império, o governo uruguaio e as províncias de Entre Ríos e Corrientes contra o ditador. Urquiza contou com apoio da Marinha de Guerra imperial para o transporte de tropas, enquanto um regimento de cavalaria brasileiro integrou-se a seu

exército que venceu o de Rosas na batalha de Caseros, travada em 3 de fevereiro de 1852.

4 – O IMPÉRIO E OS DOIS ESTADOS ARGENTINOS

Em 1851 e 1852 a diplomacia imperial atingiu objetivos importantes no Rio da Prata. Com o Uruguai assinou tratado que definiu limites com o Império nos termos que este reivindicava, bem como outros tratados que tornaram a República Oriental dependente do Brasil. Com a derrota de Rosas, por sua vez, estava afastado o maior obstáculo à ação do Império no Rio da Prata, garantindo-se a livre navegação na região como também era obtido o reconhecimento da independência do Paraguai pelo novo governo da Confederação. Para alcançar todos os seus objetivos, faltava ao Estado monárquico obter que a Confederação e o Paraguai aceitassem definir as fronteiras com o Brasil a partir do critério do *uti possidetis*. Outra preocupação da diplomacia imperial passou a ser de posicionar-se cautelosamente quanto à existência, na prática, de dois Estados argentinos.

A força econômica de Buenos Aires e sua estratégica posição geográfica permitiu-lhe tornar-se autônoma da Confederação Argentina. Ao Império não interessava a fragmentação desta porque, de um lado, a instabilidade argentina poderia ameaçar a livre navegação na região e repercutir no Uruguai ou, até mesmo, no Rio Grande do Sul. Por outro lado, não lhe interessava a fragmentação também por motivo econômico: um Estado argentino unido, por contar com as riquezas de Buenos Aires, teria melhores condições de pagar a dívida, junto ao Tesouro brasileiro, feita por Urquiza para financiar a ação contra Rosas e que fora assumida pela Confederação.

Em 1855, Paulino de Souza, o visconde do Uruguai, escreveu a José Maria da Silva Paranhos, outro expoente político conservador:

Se rebentar a guerra no Rio da Prata seremos levados a reboque. Se nos ligarmos a Buenos Aires teremos Urquiza contra nós, que logo há de fazer as pazes com / Carlos Antonio/ López e /será/ fechada a navegação do Paraná. Se nos ligarmos a Urquiza teremos *ipso facto* contra nós Buenos Aires que há de se ligar ao Paraguai e perdido o comércio importante que fazemos com Buenos Aires. Buenos Aires há de procurar chamar a si o Estado Oriental e pode-se crer que o chame. Ficaremos só com Urquiza, que não pode inspirar confiança nenhuma.(...) Tenho um medo extraordinário de nos ver envolvido em luta cujo o termo não se pode

prever. Receio muito ver-nos depois comprometidos, obrigados a sermos *les bailleurs de fonds* do nosso aliado, ou a retirar-nos ingloriamente da luta, pelo muito peso da carga.¹⁷

O governo imperial assumiu a neutralidade na disputa entre a Confederação e Buenos Aires, pois essa era a melhor forma de defender os interesses brasileiros; não se sabia, afinal, qual das partes se imporá sobre a outra. A diplomacia imperial buscava, através da neutralidade, garantir os objetivos conquistados e obter a definição das fronteiras com a Confederação e com o Paraguai. Essa declarada neutralidade não impedia o Rio de Janeiro de apoiar financeiramente a Confederação e de transferir de Buenos Aires para o Paraná, em 1856, a Legação imperial. Em 1856 e 1857 o Império assinou tratados com a Confederação mas, para garantir-se, também buscou negociar outro tratado, com o mesmo conteúdo, com Buenos Aires. Neste último ano, o enviado especial ao Prata, José Maria da Silva Paranhos, assinou com o governo da Confederação tratados de navegação, extradição e limites, mas este último não foi ratificado pelo Congresso argentino. Paranhos também assinou um acordo de aliança militar com a Confederação, pelo qual ela apoiava o Império nas suas divergências com o Paraguai e, em retribuição, o Tesouro brasileiro emprestou 300.000 patações ao governo de Paraná.¹⁸

Na disputa interna argentina, a neutralidade brasileira, *stricto sensu*, aplicava-se ao plano militar. No aspecto político, o Império exercitava um delicado jogo diplomático que mostrou seus limites no final da década de 1850, quando Urquiza afastou-se do Brasil e aproximou-se do Paraguai. Era a resposta do líder entrerriano à resistência do governo imperial em intervir diretamente contra Buenos Aires e, ainda, em conceder novo empréstimo de um milhão de pesos fortes à Confederação.¹⁹

A diplomacia imperial não teve que resolver essa situação pois a realidade política argentina mudaria radicalmente após a batalha de Pavón, em 17 de setembro de 1861, na qual o exército da Confederação, comandado por Urquiza, enfrentou as forças de Buenos Aires, comandadas por Bartolomé Mitre. Os antecedentes e o desenrolar dessa batalha é motivo de diferentes interpretações na historiografia argentina mas parece ser fora de dúvida que ela abriu caminho para a reorganização política nacional e o surgimento, em 1862, da República Argentina, sob hegemonia portenha.

5 – A GUERRA DO PARAGUAI: ALIANÇA E RIVALIDADE BRASILEIRO-ARGENTINA

A partir de 1862, o Império do Brasil e a República Argentina encontraram, pela primeira vez, um denominador ideológico comum, pois os dois países eram governados por políticos adeptos do liberalismo.²⁰ No plano regional, o governo de Bartolomé Mitre não impunha obstáculos à livre navegação dos rios platinos e mantinha estreitas ligações com os colorados uruguaios, os quais, por sua vez, possuíam vínculos tradicionais com o Império.

Em abril de 1863, o caudilho colorado Venancio Flores invadiu o Uruguai, com tropas organizadas em Buenos Aires e com o apoio do governo argentino, para derrubar o governo blanco do presidente Bernardo Berro.²¹ Este tinha estreitas relações com a oposição federal argentina, representada por Urquiza, o qual, por sua vez, também se relacionava com o chefe de Estado paraguaio, Francisco Solano López. Para além dos aspectos conjunturais, na guerra civil uruguaia estavam presentes forças e interesses que buscavam impor seu projeto de organização dos Estados Nacionais na Argentina e no Uruguai, com repercussões no Brasil e no Paraguai. Durante a guerra civil uruguaia, ocorreu uma articulação informal entre os blancos, Francisco Solano López e Urquiza, contrapondo-se à aproximação entre o governo argentino e o brasileiro. O novo governo liberal brasileiro, ainda inseguro quanto às diretrizes a adotar na política externa, interviu em favor dos colorados pressionado pelos fazendeiros gaúchos, com interesses no Uruguai, e, ainda, como lembra De Marco, para equilibrar a influência argentina junto aos colorados, já que não podia afastá-la.²² A dinâmica dos acontecimentos e a postura amigável de Mitre em relação ao Império, levaram àquela aproximação. López via no porto de Montevideu uma saída para o comércio exterior paraguaio, uma alternativa à dependência de Buenos Aires, e convenceu-se de que poderia derrotar militarmente o Império a anular o governo argentino. Nos cálculos do chefe de Estado paraguaio, Mitre seria vencido por uma ação da oposição federalista, principalmente de Urquiza, enquanto os blancos se uniriam às tropas paraguaias que chegariam em seu socorro e venceriam as forças do Exército imperial que invadiram o Uruguai, em outubro de 1864.

Nesse contexto, em 23 de dezembro de 1864, tropas paraguaias atacaram o Mato Grosso e, quatro meses depois, em abril de 1865, fizeram o

mesmo com Corrientes. As invasões paraguaias levaram à assinatura, em Buenos Aires, em 1º de maio de 1865, do Tratado da Tríplice Aliança, entre a Argentina, o Brasil e o Uruguai, este governado pelo colorado Venancio Flores desde o final de fevereiro desse ano. Desde meados de 1864, o Chanceler argentino Rufino de Elizalde e o Enviado Extraordinário do Império ao Rio da Prata, José Antonio Saraiva, haviam atuado tendo por base a hipótese de um agravamento das tensões platinas, que criaria a necessidade de uma aliança argentino-brasileira.²³ A missão Saraiva foi, segundo Elizalde, o início de uma política de aproximação entre a Argentina e o Brasil, que, acreditava, deveria lançar raízes profundas, de colaboração, para o “bem” dos dois países e de seus vizinhos.²⁴ No início de abril de 1865, José Mármol partiu para o Rio de Janeiro, para assumir a Legação argentina, com instruções de Elizalde para trabalhar por uma aliança entre os dois países, buscando “ligar com o Brasil nossos interesses” por meio de tratados.²⁵

Na perspectiva da facção liberal liderada por Mitre e Elizalde, a aliança iria além da vitória sobre Francisco Solano López, sendo aprofundada por acordos que viriam a ser assinados após a guerra tendo como objetivo fazer “una alianza perpétua, basada en la justicia i en la razón que ha de ser bendecida por nuestros hijos”.²⁶ Não foi, porém, o que ocorreu. A longa duração da guerra desgastou a aliança, enquanto o conteúdo do Tratado da Tríplice Aliança gerou reações de desconfiança no Rio de Janeiro, por parte do oposicionista Partido Conservador. Este criticou especialmente o reconhecimento como argentino do território compreendido entre o Chaco e a Bahía Negra, na fronteira com o Brasil. A oposição conservadora apontou como desaconselhável esse aumento da extensão da fronteira brasileiro-argentina e, ademais, alertou que a independência paraguaia estaria ameaçada, pois o país ficaria cercado a leste, oeste e sul por território argentino.²⁷

No final, a aliança estratégica argentino-brasileira, pensada por Mitre e Elizalde, encontrou respaldo em poucas lideranças argentinas e brasileiras e foi inviabilizada em 1868, quando seus críticos ascenderam ao poder nos dois países. No Rio de Janeiro, o Imperador chamou o Partido Conservador para ocupar o poder, enquanto, do lado argentino, Domingo Sarmiento venceu a eleição presidencial, derrotando as candidaturas de Elizalde e Urquiza.

A política dos conservadores no pós-guerra foi a de reafirmar a existência do Paraguai como Estado independente e, ao mesmo tempo, evitar que a Argentina se apossasse de todo o Chaco, como lhe fora facultado pelo

Tratado da Tríplice Aliança. Sarmiento, por sua vez, estivera três vezes no Brasil (1846, 1852 e 1868) e via o Império como a antítese de nação republicana que ele desejava para a Argentina.²⁸ Já, em 1858, Sarmiento via o Império como uma ameaça:

El Imperio del Brazil goza de paz hace treinta años, de una prosperidad innegable, de un gobierno e instituciones acatadas, de la civilización al parecer más alta en América. Sus escuadras surcan nuestros ríos y su política nos incomoda á cada rato con pretenciones de engrandecimiento.²⁹

Passada uma década desse discurso, Sarmiento estava convencido de ter o Império objetivos expansionistas em relação ao Paraguai, que se realizariam mais facilmente com a aplicação, pura e simples, dos termos do Tratado da Tríplice Aliança no pós-guerra. Mariano Varela, chanceler de Sarmiento, defendeu, em correspondência oficial, que a vitória militar não dava aos países aliados direitos sobre o país vencido na definição de limites e que o governo paraguaio poderia apresentar documentos de posse, antes de fixar as fronteiras.³⁰ Nos anos seguintes, o Gabinete Conservador brasileiro fez uso desse argumento e aproveitou-se da ocupação, por suas forças militares, do Paraguai, para inviabilizar a posse do Chaco pela Argentina. Os governos brasileiros, conservadores, atuaram, entre 1868 e 1876, a partir da premissa de que o Paraguai, destruído pela guerra, não tinha condições, por si só, de manter-se independente e seria anexado pela Argentina, o que deveria ser evitado por uma ação consistente do Império.³¹

Bartolomé Mitre opôs-se à nova política argentina em relação ao Paraguai. Argumentou perante Sarmiento ser incongruente o governo argentino defender o princípio de que a vitória não dava direitos, quando travara uma guerra para garanti-los.³² Sarmiento, alterou, então, sua política e o novo chanceler, Carlos Tejedor, passou a exigir a aplicação do Tratado da Tríplice Aliança para definir os limites argentino-paraguaio.

Essa mudança de política não foi bem sucedida. Aprofundaram-se, sim, as divergências aliadas nas negociações que se deram em Assunção, em 1871, com o governo paraguaio, nas quais os representantes brasileiro e uruguaio não apoiaram as reivindicações territoriais argentinas, que reproduziam o que fora estabelecido no Tratado da Tríplice Aliança.³³ Isolado, o negociador argentino Manuel Quintana retirou-se do Paraguai, seguindo instruções

de Tejedor,³⁴ enquanto o representante do Império, barão de Cotegipe, permaneceu e assinou um tratado de paz em separado com Paraguai, definindo a fronteira brasileiro-paraguaia no rio Apa, como pleiteara o Rio de Janeiro desde a década de 1850.

A diplomacia imperial ignorou, assim, a determinação do Tratado da Tríplice Aliança de que a assinatura dos tratados de paz deveria ser ato conjunto dos três países aliados, sendo proibida iniciativa isolada. Sarmiento acreditava que a paz em separado, assinada pelo Império, levaria a Argentina “a la guerra inevitablemente o a dejar al Paraguay provincia brasileña”.³⁵ No Brasil, o chefe de governo, José Maria da Silva Paranhos (visconde do Rio Branco), também manifestou acreditar ser iminente um conflito com a Argentina.³⁶

O governo argentino buscou superar essa tensão e obter do Império a garantia da continuidade da Tríplice Aliança, de modo a poder contar com o respaldo brasileiro nas negociações de paz com o Paraguai. Para tanto, enviou Bartolomé Mitre em missão ao Rio de Janeiro, em julho de 1872. O ex-presidente considerava fato consumado a paz em separado entre Brasil e Paraguai e conseguiu que o governo argentino mantivesse postura conciliadora, obtendo, em troca, que as autoridades imperiais reafirmassem a vigência do Tratado de 1º de Maio de 1865 e se comprometessem a cooperar “com sua força moral” nas negociações argentino-paraguaias para a assinatura dos tratados de paz.³⁷

Mitre foi recebido triunfalmente na volta a Buenos Aires e Sarmiento o encarregou de representar a Argentina nas negociações com o Paraguai em Assunção, para onde partiu no início de 1873. O ex-presidente tinha instruções de assinar um tratado de limites em que o governo paraguaio reconhecesse o Chaco como argentino até o Pilcomayo, incluindo Villa Occidental. A região ao norte desse rio deveria ser submetida à arbitragem internacional e as Missões seriam argentinas.³⁸ Nas novas negociações, Mitre não obteve o apoio brasileiro, pois o governo imperial não alterou significativamente sua política quanto ao assunto.³⁹ Estimulado pela diplomacia imperial, o governo paraguaio recusou-se a discutir a posse do território acima do Pilcomayo e Bartolomé Mitre retirou-se de Assunção, sem obter avanços na assinatura do tratado de paz com o Paraguai.

Em outubro de 1874, Nicolás Avellaneda assumiu a Presidência da República Argentina e retomou as negociações com o Brasil e o Paraguai.

Enviou ao Rio de Janeiro Carlos Tejedor o qual, com a presença de representantes brasileiros, chegou a um acordo com o negociador paraguaio Jaime Sosa Escalada. Pelo acordo, as Missões e a ilha de Atajo seriam territórios argentinos, enquanto o Chaco, ao norte do Pilcomayo, caberia ao Paraguai, exceto Villa Occidental. Esta localidade e mais um pequeno território adjacente pertenceriam à Argentina, que, em troca, cancelaria a dívida de guerra pública paraguaia para consigo.⁴⁰ O governo imperial não aceitava que Villa Occidental – hoje Villa Hayes – fosse argentina por acreditar que, por estar essa localidade frente a Assunção, no lado oposto do rio Paraguai, seria usada como base de atuação para desestabilizar o governo paraguaio e substituí-lo por outro favorável aos interesses argentinos. Como consequência, o Império usou de sua ascendência política e militar no Paraguai para obter que o governo do Presidente Gill desautorizasse o acordo Sosa-Tejedor, tornando-o sem efeito.

O governo Avellaneda estava convencido da necessidade de assinar os tratados de paz com o Paraguai e, para superar os obstáculos criados pelo governo imperial, deu garantias de apoio ao presidente Gill, para que ele não temesse afastar-se da influência do Império. Por outro lado, Avellaneda convenceu a Chancelaria imperial do interesse argentino em distender as relações entre os dois países.⁴¹ Em 2 de agosto de 1875, Bernardo de Irigoyen assumiu o cargo de ministro das Relações Exteriores e “imprimió um nuevo y firme rumbo a esa fundamental área de la administración”.⁴² Quanto ao Paraguai, ele implementou uma hábil e bem sucedida política, da qual fez parte canais secretos de negociação com o presidente Gill.

Em 3 de fevereiro de 1876, Irigoyen e o representante paraguaio, Facundo Machaín, assinaram em Buenos Aires os Tratados de Paz, Limites, Amizade e de Comércio e Navegação. Determinou-se o rio Paraguai como limite entre as duas Repúblicas, sendo que os territórios das Missões e do Chaco Central foram declarados argentinos. O resto do território chaquenho foi dividido em duas porções, com a Argentina renunciando a qualquer pretensão entre Bahía Negra e o rio Verde. Já a área entre este rio e o braço principal do rio Pilcomayo, incluindo a estratégica localidade de Villa Occidental, seria submetida à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos.

O início das negociações de paz ocorreu à revelia do Império, devido ao envolvimento do representante brasileiro em Assunção em uma tentativa de derrubar o Presidente Juan Bautista Gill, apesar das instruções do Rio de

Janeiro para que se mantivesse neutro nas lutas políticas paraguaias.⁴³ Contudo, os tratados de paz assinados entre a Argentina e o Paraguai, nas palavras de Ernesto Quesada, “consagraban todas las soluciones de la diplomacia imperial”. Isso porque esses documentos estabeleceram a desocupação simultânea de tropas brasileiras e argentinas, respectivamente de Assunção e de Villa Occidental; reconheceram a dívida de guerra; e, ainda, encontraram solução equilibrada para a questão de limites.⁴⁴ Em 1878, o laudo arbitral do Presidente norte-americano Rutherford Hayes, declarou paraguaia essa área litigiosa.

6 – A REAPROXIMAÇÃO

Solucionada a questão de limites entre a Argentina e o Paraguai, foi eliminado o principal motivo de tensão nas relações brasileiro-argentinas e a própria disputa pela hegemonia no Rio da Prata se viu reduzida a um acompanhamento defensivo entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires. Isso ocorreu porque, à exceção da definição da fronteira brasileiro-argentina, o Império atingira seus principais objetivos na área platina e, ainda, porque o Estado monárquico sofria uma crescente crise política interna que reduzia sua capacidade em manter uma política ativa nessa região. Ademais, no plano externo, as atenções oficiais brasileiras se voltavam para a exportação de café e para o incremento da imigração europeia de modo a suprir as necessidades de mão de obra da agricultura. A Argentina, por seu lado, superada a crise econômica de meados da década de 1870 – que também atingiu o Brasil – foi beneficiada pelo novo contexto econômico internacional como fornecedora de alimentos e passou a privilegiar suas relações com os países europeus, especialmente com a Grã-Bretanha. No plano interno, os governantes argentinos tinham suas atenções voltadas para o desenvolvimento da infraestrutura interna e para a ocupação econômica de territórios até então habitados por índios.

Estabilizada a situação política regional, o Rio da Prata deixou de ser motivo de preocupações políticas para o Brasil e a Argentina. Por outro lado, a região platina também perdeu importância econômica para ambos, na medida em que os dois países expandiam suas fronteiras agrícolas internas, incorporando novas terras produtivas, e atraíam capitais estrangeiros.

Pouco tinham o Uruguai e o Paraguai a oferecer à Argentina e ao Brasil e nada que justificasse uma turbulência nas relações entre estes.

Essa nova realidade refletiu-se nas posturas dos governos argentino e imperial. Assim, o presidente Julio Roca, em seu primeiro governo (1880-1886), retomou a orientação de política externa de Mitre, dando mais atenção à presença argentina no Atlântico e buscando aproximar-se do Império brasileiro.⁴⁵ Os governantes do Império, por sua vez, já não tinham fortes prevenções contra Buenos Aires. Em 1886, ao findar o mandato de Roca, o barão de Cotegipe, chefe do governo brasileiro e que, anteriormente, vira no vizinho argentino uma ameaça, mudou de postura, embora mantivesse certa cautela. Assim, após escrever que não havia motivos para se crer em hostilidade ao Brasil por parte do novo presidente, Juarez Celman, instruiu o representante imperial em Buenos Aires, como medida de prudência, a acompanhar a política externa da nova administração, bem como as medidas militares que tomasse. O resultado desse acompanhamento confirmou a inexistência de intenções hostis por parte de Celman e, em agosto de 1887, o barão de Cotegipe defendeu o governo argentino no Senado imperial, em resposta à inquietude dos senadores quanto à compra de armamentos pela Argentina. Argumentou que esse armamento não tinha finalidade hostil e acrescentou que certamente havia no país vizinho aqueles que não se conteriam frente a uma oportunidade de anexar o Paraguai, mas, contra argumentou, no Brasil também havia os que ainda lamentavam a independência uruguaia e nem por isso o Império tinha intenção de anexar o Uruguai. Para Cotegipe, somente uma “loucura” poderia levar os governos argentino e brasileiro a guerrearem entre si, acrescentando, em referência ao progresso da Argentina, que “não devemos invejar os progressos de outras nações, si por nossa culpa não podemos acompanhá-los ou excedê-los”. Tal opinião tinha eco na imprensa carioca e o jornal “O Paiz” defendeu, desde 1884, a paz entre os dois Estados e criticou aqueles que se preocupavam apenas em apontar aspectos negativos nos países platinos.⁴⁶

Em 1888, Machado de Assis escreveu uma crônica no jornal carioca *Gazeta de Noticias* a qual retratava os novos tempos nas relações do Império com a Argentina:

(...) a nação argentina chegou ao ponto em que se acha, próspera, rica, pacífica, naturalmente ambiciosa de progresso e esplendor. Esqueceu a opressão,

O IMPÉRIO DO BRASIL E A ARGENTINA (1822-1889)

desaprendeu a caudilhagem; conhece os benefícios da liberdade e da ordem. Vinte anos apenas; digamos vinte e oito, porque a campanha de Mitre foi o primeiro passo dessa marcha vitoriosa. Agora, no dia em que os argentinos celebram a sua festa constitucional, lembro-me daqueles tempos, e comparo-os com estes, quando, em vez de soldados que os vão auxiliar a derrocar uma tirania odiosa, mandamos-lhe uma simples comissão de jornalistas, uma embaixada da opinião à opinião; tão confiados somos de que não há já entre nós melhor campo de combate. Oxalá caminhem sempre o Império e a República, de mãos dadas, prósperos e amigos.⁴⁷

No Império acreditava-se que as relações com a Argentina tinham atingido um novo patamar de entendimento e, ao que tudo indica, essa também era a convicção do lado argentino. A garantia da inexistência de sentimento hostil por parte do Estado monárquico foi dada ao governo de Juarez Celman por seu antecessor, Julio Roca. Este relatou, em carta enviada ao chanceler Quirno Costa, o encontro que tivera, em outubro de 1887, com D. Pedro II em Paris. Nesse ocasião, o Imperador manifestou desejar sinceramente a paz no Rio da Prata e, segundo Roca, “não é necessário mais que ver o aspecto nobre, simples e bondoso deste homem e eminentemente simpático, para compreender que são sinceros os seus sentimentos”.⁴⁸

O nível de confiança alcançado na relação bilateral permitiu que, em fins de 1888, o chanceler brasileiro Rodrigo Augusto da Silva informasse a Enrique Moreno, representante argentino no Rio de Janeiro, estar o Brasil disposto a buscar uma solução para a definição da fronteira entre os dois países, de modo a pôr fim a um fator gerador de desconfianças. Esse chanceler aceitou a sugestão argentina de que as negociações ocorressem em Montevideu e solicitou que o governo Celman apresentasse uma proposta prévia sobre a questão. Assim, o Brasil poderia fazer uma contraproposta, de modo a se obter um acordo preliminar para evitar eventual fracasso na capital uruguaia. Quirno Costa pensava que haveria alguma dificuldade em se definir qual parte do território das Missões era litigioso, mas acreditava que, em pouco tempo, os dois países chegariam a um acordo.⁴⁹

Não se chegou, porém, a um acordo sobre esse território e, como consequência, Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Arbitramento, de 7 de setembro de 1889, submetendo a contenda de limites à decisão arbitral do presidente dos Estados Unidos. Estava, portanto, encaminhada a solução

para a única divergência significativa nas relações entre os dois países quando, em 15 de novembro de 1889, um golpe de Estado pôs fim à Monarquia no Brasil, proclamando a República.

CONCLUSÕES

O início das relações entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata ocorreu sob o signo da discórdia, da guerra pela posse da Banda Oriental. Pedro I desejava manter a margem oriental do Rio da Prata como fronteira natural do Brasil, enquanto Buenos Aires lutava para conservar a Banda Oriental sob seu controle, como na época colonial. A guerra entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires pela posse desse território foi o último enfrentamento entre as lógicas coloniais de Portugal e Espanha na América do Sul.

A independência brasileira foi conservadora e caracterizada por continuidades. Manteve-se a forma monárquica de governo, a escravidão e a defesa da posse do território herdado do expansionismo colonial português. Essas características conduziram a uma tendência, no Rio da Prata, do conflito entre o Império e seus vizinhos, pois eram dois sistemas políticos (a república e a monarquia) e sociedades antagônicas (o trabalho livre e a escravidão) que conviviam em espaço sem fronteiras definidas.⁵⁰ De outro lado, o projeto político centralizador de Buenos Aires gerava tensão com outras províncias argentinas, com o Paraguai e repercutia na política interna do Uruguai. Havendo interesses dos fazendeiros gaúchos e bonaerenses no Estado oriental, este se tornou um espaço catalizador de tensões entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Elas se agravaram a partir de 1843, quando Rosas se recusou a ratificar o tratado de aliança que propusera ao Brasil e que já fora assinado por Pedro II.

Ao final da década de 1840, o Partido Conservador chegou ao poder no Brasil, cujo Estado Nacional estava consolidado. Os novos governantes implementaram uma política externa que, em relação aos países vizinhos, tinha como objetivo definir as fronteiras a partir do critério da posse real do território no momento da independência, o *uti possidetis de facto*. Quanto ao Rio da Prata, era objetivo do Estado monárquico obter a livre navegação dos rios internacionais platinos, para permitir o contato regular da isolada

província do Mato Grosso com o resto do país. Para tanto, era necessária a continuidade do Uruguai e do Paraguai como Estados independentes, e Rosas foi visto como uma ameaça para ambos. Como resultado, houve a aliança, em 1851, do Império com a província de Entre Ríos e com os colorados uruguaios para pôr fim à guerra civil uruguaia, primeiro passo para, no ano seguinte, apoiar militarmente Urquiza e derrubar Rosas.

O fim do regime rosista levou a uma confiança quanto à manutenção da unidade brasileira. A recusa de Buenos Aires em fazer parte da Confederação Argentina, resultando na existência de dois Estados argentinos, consolidou a hegemonia do Império no Rio da Prata, permitindo-lhe impedir o apoio externo a eventuais rebeliões do Rio Grande do Sul contra o poder central, província que já fizera uma tentativa secessionista. Até a Guerra do Paraguai (1865-1870), o Rio da Prata constituiu um espaço político dinâmico, onde se entrecruzavam interesses argentinos, brasileiros, paraguaios e uruguaios. Nesse espaço, entre 1852 e 1876, o *status quo* era favorável ao Estado brasileiro, por ser melhor organizado política e militarmente. Para manter esse desequilíbrio regional a seu favor, o Império manteve uma presença constante na região e interveio a favor dos aliados locais.

Em 1862, o Partido Liberal voltou a governar o Império. Os novos governantes não tinham uma política externa definida e fracassaram em resistir à agressividade britânica quanto ao Brasil – a Questão Christie –, levando-os a romper relações diplomáticas com Londres em 1863. Fragilizado, o governo liberal cedeu às pressões dos pecuaristas gaúchos que demandavam uma intervenção brasileira em apoio aos colorados na guerra civil uruguaia. Esta se iniciara em 1863, com a sublevação do caudillho colorado Venancio Flores, com o apoio do governo argentino presidido por Bartolomé Mitre, contra o governo constitucional do presidente blanco Berro.

Criou-se, então, uma complexa articulação de interesses em torno da guerra civil. O governo de Montevideu buscou apoio no ditador paraguaio Francisco Solano López, convencendo-o de que, se Flores vencesse, a Argentina e o Brasil se uniriam contra o Paraguai.

Pela primeira vez o Império e a Argentina eram governados, simultaneamente, por liberais e os dois países tinham uma posição comum no Rio da Prata. Os contatos diplomáticos entre os dois países para atuar em conjunto de modo a pôr fim à guerra civil uruguaia, criou entre ambos um clima de confiança. Durante os anos de 1864 e 1865, Mitre e Rufino de Elizalde,

seu ministro de Relações Exteriores, adotaram uma política de estreitamento das relações com o Império. As invasões paraguaias do Mato Grosso, em dezembro de 1864, e de Corrientes, em abril do ano seguinte, levaram à assinatura do Tratado da Tríplice Aliança entre a Argentina, o Império e o Uruguai governado por Flores, para enfrentar Solano López. Na concepção de Mitre, essa aliança deveria permanecer depois da vitória aliada e ser aprofundada, tornando-se uma aliança estratégica entre a Argentina e o Brasil.

No entanto, a aliança militar enfrentou resistência na Argentina. Caudilhos federais se deram conta de que ela fortalecia o poder de Mitre, e líderes liberais, como Sarmiento, viam no Império a antítese de uma sociedade verdadeiramente liberal e desconfiavam dos planos brasileiros em relação ao Paraguai. No Brasil, por sua vez, o Partido Conservador interpretou os termos do Tratado da Tríplice Aliança como um risco para o Paraguai, que poderia ser incorporado pela Argentina no pós guerra. Eram temores infundados de ambas as partes, mas em 1868 os conservadores retornaram ao poder no Brasil e Sarmiento assumiu a presidência da Argentina, sem haver mudado de posição. As falsas premissas de ambos levaram, depois da vitória aliada, a uma disputa, entre o Império e a Argentina, pela influência no Paraguai. O governo imperial se aliou informalmente às novas autoridades paraguaias, que estavam sob sua tutela, contra o antigo aliado argentino. Nesse momento, as demandas para uma guerra entre o Brasil e a Argentina, ou a convicção de que ela era inevitável, estavam nas páginas de jornais do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. No entanto, o bom senso e a habilidade política de alguns homens públicos argentinos e brasileiros evitaram a guerra. Em 1876, a Argentina também assinou o tratado de paz com o Paraguai.

Garantida a independência do Paraguai e inexistindo obstáculos à livre navegação dos rios internacionais platinos, os governantes do Império passaram a confiar, crescentemente, na Argentina. As relações bilaterais se tornaram cordiais e se reduziram os preconceitos mútuos, o que, inclusive, permitiu levar à arbitragem do presidente dos EUA o litígio fronteiriço entre os dois países. Até então, o Império nunca aceitara a arbitragem como instrumento para definir as fronteiras com seus vizinhos. A estabilidade na região platina e a inserção no comércio internacional explicam, em grande parte, porque o Império e a Argentina não tiveram novos pontos de tensão em suas relações. Mas também contribuiu o fato de que seus governantes e suas

elites intelectuais tinham tirado lições da História comum e começaram a se verem como vizinhos e não como inimigos em potencial.

NOTAS

¹ Sobre o exílio de Artigas veja-se o livro *El caudillo y el dictador*, da historiadora uruguaia Ana Ribeiro (Montevideo: Planeta, 2005).

² RUIZ MORENO, Isidoro. *Campañas militares argentinas; la política y la guerra*. Buenos Aires: Emecé, 2005, p. 371.

³ ARAÚJO, João Hermes Pereira. O Legado Colonial – a Monarquia in *História da Diplomacia Brasileira* Disponível in: http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/lc001.htm Acessado em 15 de junho de 2007.

⁴ Isidoro RUIZ MORENO, op. cit, p. 373.

⁵ Sobre a ação dos corsários veja-se o livro *Corsarios argentinos*, de Miguel Ángel DE MARCO (Buenos Aires: Planeta, 2002).

⁶ Conhecida como batalha de Ituzaingó na historiografia argentina.

⁷ Sobre o processo político ver: FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina; um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 50-73.

⁸ CERVO, Amado Luiz ; BUENO, Clodoaldo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 2008, p. 55, 131.

⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 115.

¹⁰ CISNEROS, Andrés ; ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Cari/Nuevo Hacer, 1998, T. IV, p. 193-194.

¹¹ Tomás GUIDO para Felipe ARANA, Ministro das Relações Exteriores da Confederação Argentina, Rio de Janeiro, 24/7/1849. Archivo General de la Nación - Argentina, “Brasil - Ministro Plenipotenciário D. Tomás Güido”, X-1-7-9.

¹² Sobre a importância do Rio da Prata na consolidação do Estado Monárquico ver: FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

¹³ João Hermes Pereira ARAÚJO, op. cit.

¹⁴ SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina-Brasil : cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975, p. 125.

¹⁵ Exposição de Paulino José Soares de Souza in *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1852, p. XIX-XX.

¹⁶ Visconde de MAUÁ, *Exposição aos credores* in: GANNES, Claudio. *Visconde de Mauá; autobiografia*. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Zelio Valverde, 1943, p. 122-123.

¹⁷ In: ARBILLA, José Maria. A neutralidade limitada: o Império do Brasil e a divisão argentina (1852-62) in: *Revista Múltipla*. Brasília: UPIS, 6 (10), jun. 2001, p. 70-71.

¹⁸ Idem, p. 64.

¹⁹ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

²⁰ As repercussões dessa afinidade ideológica estão analisadas em TJÁRKS, German O. E. Nueva luz sobre el origen de la Triple Alianza in: *Revista Histórica*. Buenos Aires: Instituto Histórico de Organización Nacional, I: 1, Oct.-Dic. 1977, p. 131-171. Não concordamos, porém, de que a articulação entre os governos liberais dos dois países tenha ocorrido sem o conhecimento do presidente Mitre e do imperador Pedro II.

²¹ RUIZ MORENO, Isidoro J. La política entre 1862 y 1880 in: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2000, t. IV, p. 463.

²² DE MARCO, Miguel Ángel. *Bartolomé Mitre; biografía*. Buenos Aires: Planeta, 2004, p. 319.

²³ ELIZALDE para SARAIVA, carta particular, Buenos Aires, 11.5.1865. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, *Guerra de la Triple Alianza, Caja 1, Folio 4*.

²⁴ Idem, carta particular, Buenos Aires, 25.8.1865. Ibidem, *Folio 19-20*. ELIZALDE para José Maria da Silva PARANHOS, Buenos Aires, 25.2.1866. Id., *Folio 30*.

²⁵ ELIZALDE para José MÁRMOL, nota confidencial, Buenos Aires, 29.1.1865. Archivo General de la Nación, VII-2-4-8.

²⁶ ELIZALDE para José Maria da Silva PARANHOS, Buenos Aires, 25.2.1866. Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, *Guerra de la Triple Alianza, Caja 1, Folio 30*.

²⁷ Parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado apud Joaquim NABUCO, *Um Estadista no Império*. São Paulo: Editora Progresso, 1947, p. 244-252, v. IV.

²⁸ MÄDER Maria Elisa Noronha de Sá. Olhares cruzados: Sarmiento e o Império do Brasil in: Anais do VIII Encontro Internacional da Associação Nacional dos Pesquisadores e Professores de História das Américas, Vitória (Brasil) – 2008, p. 3. Disponível em <www.anphlac.org/periodicos/anaais/encontro8/maisa_mader.pdf>

²⁹ “Discurso parlamentar de 5 de agosto de 1858” in: *Obras completas*, t. XVIII, p. 175 in: Idem, p. 4.

³⁰ Nota do Governo argentino à Missão Especial do Brasil no Paraguai, Buenos Aires, 27.12.1869. *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1872, Anexo 1, p. 120-121. Nota do Governo argentino ao Governo paraguaio, Buenos Aires, 27.12.1869. Idem, p. 122.

³¹ Ver DORATIOTO, Francisco. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76). In: Celso Castro; Vitor Izecksoh; Hendrik Kraay. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004, p. 179-208.

³² “Mitre había atacado desde La Nación “esa máxima vacía de sentido, sin aplicación al caso, contraria a los intereses permanentes de la nacionalidad”, y había vuelto a impugnarla em la reunión de gabinete a la que había sido invitado por Sarmiento luego de la muerte del mariscal López.” DE MARCO, *Bartolomé Mitre*, p. 387-388.

³³ *Instruções ao Barão de Cotegipe*, sem data. Arquivo Histórico do Itamaraty, *Missão do Barão de Cotegipe*, 272-3-24.

³⁴ TEJEDOR para QUINTANA, Buenos Aires, 29.11.1871 in CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay; Acción y Reacción de la Triple Alianza*. Buenos Aires: Domingos Vian y Cia., 1941, v. II, p. 494, 496.

³⁵ SARMIENTO para M. R. GARCÍA, Ministro Plenipotenciário argentino nos Estados Unidos, Buenos Aires, 16.2.1872 In: ROSA, José Maria. *La Guerra del Paraguay y las Montoneras Argentinas*. Buenos Aires, Peña Lillo, p. 331.

³⁶ Editorial “Relações Internacionais”, jornal *A Reforma*, Rio de Janeiro, 19.5.1872, p. 1. Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), 1-215-03-06.

³⁷ MITRE para TEJEDOR, Rio de Janeiro, 21.11.1874 In: Ramón J. CÁRCANO, op. cit., v. II, p. 716.

³⁸ Miguel Ángel SCENNA, op. cit., p. 247.

³⁹ Instruções Reservadas do chanceler Visconde de CARAVELAS para o Barão de ARAGUAIA, Rio de Janeiro, 8.3 e 5.6.1873. Arquivo Histórico do Itamaraty, *Missão Barão de Araguaia*, 272-4-14.

⁴⁰ Protocolo da Conferência de 10.5.1875. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros, 1875, Suplemento, p. 22-24.

⁴¹ Dr. Pedro A. PARDO, Chanceler argentino, para Dardo ROCHA, 30.6.1875. Archivo General de la Nación, *Archivo y Colección Dardo Rocha*, legajo 242

PÁDUA FLEURY, representante brasileiro em Buenos Aires, para o chanceler CARAVELAS, Ofício Reservado, Buenos Aires, 30.7.1875. Arquivo Histórico do Itamaraty, Missões Diplomáticas Brasileiras. Buenos Aires – Ofícios Enviados, 205.4.3.

⁴² DE MARCO, Miguel Ángel. La obra de gobierno de los Presidentes Mitre, Sarmiento y Avellaneda in ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2000, t. IV, p. 499.

⁴³ Barão de COTEGIPE para PEREIRA LEAL, Rio de Janeiro, 5.11.1875. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo Barão de Cotegipe, lata 901, pasta 75.

⁴⁴ QUESADA, Ernesto. *La política argentino-paraguaya*. Buenos Aires: Bradahl, 1902, p. 169. AGUIAR DE ANDRADA para COTEGIPE, Buenos Aires, 4.2.1876. Arquivo Histórico do Itamaraty, Missão Aguiar de Andrada, 271-1-9.

⁴⁵ Andrés CISNEROS; Carlos ESCUDÉ, op. cit., t. VII, p. 109.

⁴⁶ ALENCAR para COTEGIPE, Ofício Reservado, Buenos Aires, 27.11.1886. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação do Brasil em Buenos Aires – Ofícios Enviados, 205-4-14. Discurso de COTEGIPE, Sessão do Senado, 12/8/1887. Anais do Senado, 1887, v. IV, p. 191-194. “Guerra?...” e “Falso Patriotismo” in *O Paiz*, Rio de Janeiro, respectivamente 16.12.1884 e 8.3.1886, p. 1. Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro), microfilme PR-SPR-6 (1 e 4).

⁴⁷ MACHADO DE ASSIS. O futuro dos argentinos (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 9.7.1888) in Obras Completas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. VIII.

⁴⁸ ALENCAR para COTEGIPE, Reservado, Buenos Aires, 17.8.1887. Arquivo Histórico do Itamaraty, Legação em Buenos Aires – Ofícios Enviados, 205-4-15. Julio ROCA para o Chanceler QUIRNO COSTA, Paris, 15.10.1887. Academia Nacional de la Historia – Archivo Norberto Quirno Costa

⁴⁹ Enrique MORENO para QUIRNO COSTA, Carta Privada, Petrópolis, 21.12.1889. Ibidem, Caja XII. QUIRNO COSTA para CELMAN, Buenos Aires, 5.2.1889. Archivo General de la Nación – Argentina, Legajo 28, documento 005265.

⁵⁰ COSTA, Wilma. El estado brasileño en el siglo XIX y la “cuestión platina” in *Ciclos en la historia, la economía y sociedad*. Buenos Aires: Facultad de Ciencias Económicas de la UBA, año VI, n. 11, 2º./1996, p. 76.

FONTES

A) PRIMÁRIAS

1 – ARQUIVOS

Archivo General de la Nación, Argentina.

Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto, Argentina.

Arquivo Histórico do Itamaraty, Brasil.

2 – IMPRESSA

IMPÉRIO DO BRASIL. Anais do Senado.

_____. Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros.

MACHADO DE ASSIS. O futuro dos argentinos (Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 9.7.1888) *in* Obras Completas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. VIII,

MAUÁ. Visconde de. Exposição aos credores in: GANNS, Claudio. *Visconde de Mauá; autobiografia*. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Zelio Valverde, 1943.

O Paiz, Rio de Janeiro, 1884-1886.

A Reforma, Rio de Janeiro, 1872.

B) REFERÊNCIAS

ARAÚJO, João Hermes Pereira. O Legado Colonial - a Monarquia in *História da Diplomacia Brasileira* Disponível in: http://www2.mre.gov.br/acs/diplomacia/portg/h_diplom/lc001.htm Acessado em 15 de junho de 2007.

ARBILLA, José Maria. A neutralidade limitada: o Império do Brasil e a divisão argentina (1852-62) in: *Revista Múltipla*. Brasília: UPIS, 6 (10), p. 70-71, jun. 2001.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

CÁRCANO, Ramón J. *Guerra del Paraguay; Acción y Reacción de la Triple Alianza*. Buenos Aires: Domingos Vian y Cia., 1941, v. II.

CERVO, Amado Luiz ; BUENO, Clodoaldo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 2008.

FRANCISCO DORATIOTO

- CISNEROS, Andrés ; ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Cari/Nuevo Hacer, 1998, T. IV.
- DE MARCO, Miguel Ángel. *Bartolomé Mitre; biografía*. Buenos Aires: Planeta, 2004.
- _____. *Corsarios argentinos*. Buenos Aires: Planeta, 2002.
- _____. La obra de gobierno de los Presidentes Mitre, Sarmiento y Avellaneda in ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2000, t. IV.
- DORATIOTO, Francisco. A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-76). In: Celso Castro; Vitor Izecksoh; Hendrik Kraay. (Org.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.
- FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina; um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34, 2004.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MÄDER Maria Elisa Noronha de Sá. Olhares cruzados: Sarmiento e o Império do Brasil in: Anais do VIII Encontro Internacional da Associação Nacional dos Pesquisadores e Professores de História das Américas, Vitória (Brasil) – 2008. Disponível em www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro8/mais_mader.pdf Acessado em 3.3.2009.
- NABUCO, Joaquim. *Um Estadista no Império*. São Paulo: Editora Progresso, 1947, v. IV.
- QUESADA, Ernesto. *La política argentino-paraguaya*. Buenos Aires: Bradahl, 1902.
- RIBEIRO, Ana. *El caudillo y el dictado*. Montevideo: Planeta, 2005.
- RUIZ MORENO, Isidoro. *Campañas militares argentinas; la política y la guerra*. Buenos Aires: Emecé, 2005.
- _____. La política entre 1862 y 1880 in: ACADEMIA NACIONAL DE LA HISTORIA. *Nueva Historia de la Nación Argentina*. Buenos Aires: Planeta, 2000, t. IV.
- ROSA, José Maria. *La Guerra del Paraguay y las Montoneras Argentinas*. Buenos Aires, Peña Lillo, s.d.
- SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina-Brasil : cuatro siglos de rivalidad*. Buenos Aires: Ediciones La Bastilla, 1975.
- TJÁRKES, German O. E. Nueva luz sobre el origen de la Triple Alianza in: *Revista Histórica*. Buenos Aires: Instituto Histórico de Organización Nacional, I: 1, p. 131-171, Oct.-Dic. 1977.

RESUMO: O artigo analisa a política externa do Império do Brasil em relação à Argentina, de 1822 a 1889. O texto estuda a evolução dessas relações, desde o primeiro momento conflitivo da guerra entre o Império e as Províncias Unidas do Rio da Prata (1825-1828), passando pela intervenção contra Juan Manuel de Rosas (1852), pela aliança na guerra contra o Paraguai (1865-1870) e pela rivalidade brasileiro-argentina em torno da influência naquele país. Em seu final, o artigo demonstra que a partir dos anos finais da década de 1870, o Estado Monárquico brasileiro, envolvido em uma crise interna que restringia sua ação diplomática no Rio da Prata, convenceu-se de que a Argentina deixara de ser uma ameaça às independências do Paraguai e do Uruguai.

PALAVRAS-CHAVE: Império do Brasil e Argentina; política externa brasileira; política externa argentina.

ABSTRACT: This article analyzes Brazil's foreign policy in relation to Argentina during the Empire, from 1822 to 1889. The text studies the evolution of relations between these two countries since their conflictive initial moment during the war between the Empire and the United Provinces of the Prata River (1825-1828), passing through the intervention against Juan Manuel de Rosas (1852), their alliance in war against Paraguay (1865-1870) and their rivalry for influence in that country. The article concludes by demonstrating that from the final years of the 1870's on the Monarchical Brazilian State, entangled in an internal crisis that restricted its diplomatic action in the Prata River, was convinced that Argentina had ceased to be a threat to the independencies of Paraguay and Uruguay.

KEY-WORDS: Empire of Brazil and Argentina; Brazilian Foreign Policy; Argentina Foreign Policy.

